

Dívida: Brasil descumpre outra cláusula.

Externo
O governo brasileiro negou-se a autorizar a utilização, pelos bancos credores, de US\$ 600 milhões que estão depositados no Banco Central e deveriam, pelo acordo de renegociação da dívida assinado em setembro do ano passado, estar alimentando, agora, uma nova linha de crédito comercial, com prazos mais generosos.

A decisão brasileira foi comunicada há dois dias ao comitê de bancos credores, num telex assinado pelo ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega. Cinco dias antes, William R. Rhodes, o presidente do comitê, cobrara de Maílson o cumprimento do acordo. A decisão brasileira era esperada e havia se tornado inevitável a partir do momento em que o governo decidiu suspender novamente o pagamento dos juros da dívida de médio e longo prazo aos bancos comerciais, em setembro. Ainda assim, ela foi motivo de vários contatos telefônicos entre Rhodes e autoridades brasileiras da área econômica nas últimas semanas. Segundo um executivo familiarizado com essas discussões, o comitê de bancos, embora não tivesse esperança de ver a

nova linha de crédito comercial ativada, insistiu na sua efetivação "para deixar claro que o Brasil quebrou mais uma cláusula do acordo do ano passado".

O acordo, assinado em setembro de 1988, previa um empréstimo bancário de US\$ 5,2 bilhões destinado em sua maior parte para cobrir juros atrasados que tinham se acumulado após a decretação da moratória em fevereiro de 1987. No menu de opções oferecido aos bancos para aderir ao pacote, o governo estipulou que eles poderiam destinar até US\$ 600 milhões da primeira fatia de US\$ 4 bilhões a ser desembolsada a uma nova linha de crédito comercial. Esta opção era a mais atraente do menu, pois equivalia, na prática, a uma cláusula de reemprestimo.

Foi, por isso, integralmente subscrita. Pelos termos do acordo, os US\$ 600 milhões ficariam depositados por um período de um ano no Banco Central, ao fim do qual a nova linha de crédito seria ativada, dividida meio-a-meio para o financiamento de operações de importação e de exportação. O prazo venceu há algumas semanas. Em seu telex a Rhodes, o ministro da Fazenda explicou que os motivos que levaram o governo a ignorar a cláusula "são os mesmos que nos forçaram a adiar o pagamento de juros". A abertura de uma nova linha de crédito para importação faria diminuir as reservas, enquanto que mais financiamento para exportação teria um impacto monetário ad-



O telex enviado
por Maílson não deixa Rhodes
muito satisfeito

verso em meio a uma situação de inflação galopante.

O telex de Maílson a Rhodes constitui, provavelmente, a última comunicação relevante entre o governo Sarney e os bancos credores. Quando o novo presidente tomar posse, a 15 de março, encontrará uma conta de juros a pagar de US\$ 4 bilhões — US\$ 2,8 bilhões já vencidos e US\$ 1,2 bilhão que vencem nos primeiros dias de abril.

Paulo Sotero, de Washington.

EUA garantem ajuda ao Brasil

O Brasil não vai deixar de receber ajuda econômica dos Estados Unidos, quando necessária, devido à canalização de recursos norte-americanos aos países do Leste Europeu, principalmente Polônia e Hungria, cujas economias passam por profundas reformas. A garantia foi dada ontem pelo assessor para assuntos de desarmamentos do presidente George Bush, Edward L. Rowny, após ser recebido pelo presidente José Sarney no Palácio do Planalto.

A missão de Rowny no Brasil foi relatar a Sarney o encontro de Bush com o presidente da União Soviética, Mikhaíl Gorbatchov, semana passada no arquipélago de Malta, que pôs fim a guerra fria entre os dois países. "Estamos colhendo opiniões e aconselhamentos de outros governantes amigos sobre tão importante acontecimento", comentou o assessor, que está ouvindo outros presidentes latino-americanos. Ele não quis, no entanto, revelar o que ouviu de Sarney, limitando-se a dizer que é preocupação dos EUA estreitarem as relações com o Brasil. Por essa razão, não há por que o receio, que lhe foi mani-

festado durante o encontro com o chanceler Roberto de Abreu Sodré, de o Brasil cair em desgraça e não ser incluído em nenhum outro programa de apoio.

No Itamaraty, o ministro Abreu Sodré manifestou a preocupação do governo brasileiro de que as superpotências mundiais, Estados Unidos e União Soviética, "se entendam e deixem o resto do mundo à margem".

Segundo o chefe da divisão das nações unidas do Itamaraty, ministro Luís Tupy Caldas de Moura, o Brasil quer ser ouvido na questão do desarmamento em geral, sobretudo o desarmamento nuclear. "Americanos e soviéticos estão traçando a estratégia global, na qual tem que ser levada em consideração a nossa situação", disse ele. Foi perguntado a Rowny se, em Malta, os dois líderes discutiram a situação econômica mundial, principalmente as dívidas externas dos países em desenvolvimento. "Não", se limitou a responder o americano.

Mônica Maia/Bartolomeu Rodrigues-AE